

# O TEXTO PRESCRITIVO COMO PRODUTO DA ATIVIDADE DE LINGUAGEM: ANÁLISE DOS TIPOS DE AGIR E DOS TIPOS DE DISCURSO NA RESOLUÇÃO Nº 36/98

Magnay Erick Cavalcante Soares \*

## Resumo

Entendemos que o texto prescritivo, enquanto enunciado, é o produto da interação de dois ou mais indivíduos em um espaço socialmente definido e que, portanto, a palavra é um veículo de comunicação e representação que está em direção a um interlocutor real, podendo variar pela ordem estabelecida na interação em referência ao grupo social. Nesse trabalho, objetivamos investigar os tipos de agir e os tipos de discursos manifestados no texto da Resolução Nº 36/98-PRG/UFPB, e qual o papel que a linguagem desempenha nesse contexto. Para tanto, buscamos nos ancorar, basicamente, nos postulados teórico-metodológicos do interacionismo sóciodiscursivo com Bronckart (1999) e, em alguns momentos, que se fizeram necessários, no diálogo com outras teorias, tais como a ergologia, nos moldes de Souza-e-Silva (2008) e o dialogismo com Bakhtin (1992) e Brait (1997). A linguagem institucionalizada, em nosso caso, representa a manifestação de sujeitos com vistas à relativização de uma ética de formação profissional. Preliminarmente, podemos afirmar que, pela enunciação, mesmo no texto prescritivo, o enunciador, através da linguagem, conferir a si e a seus destinatários potenciais, relevância estratégica no seu dizer, marcando no discurso uma posição institucional e uma relação com um saber.

\* Universidade Federal da Paraíba

**Palavras-chave:** texto prescritivo, linguagem, dialogismo, atividade de linguagem.

## Considerações iniciais

**C**omeçamos por dizer que a enunciação é o produto da interação. Isto implica de fato a presença de, ao menos, dois indivíduos interagindo em um espaço social definido. A palavra é, por assim dizer, um veículo que está em direção a um interlocutor real, podendo variar pela ordem estabelecida na interação em referência ao seu grupo social, aos laços sócio-ideológicos, dentre outros. O interlocutor real é

essencial para a existência da linguagem e da interação por ela garantida.

De igual modo, a linguagem pode ser perceptível enquanto materializada em um tipo específico de portador textual (e discursivo), no qual, e pelo qual, há sempre a presença de um interlocutor potencial e imediato. Muito embora tal interlocutor não seja concreto, no momento da figuração de sentido que o texto interativo mantém em si, é a forma de relevância da sua existência que atribui ao texto a condição de portador de sentido e referência.



Dentre as muitas situações de interação que ocorrem no âmbito da academia, observamos que o texto institucionalizado/prescritivo parece ocupar lugar de destaque, visto que é através dele que inúmeras políticas públicas (por exemplo, os programas de formação compensatória), advindas de instâncias superiores, se materializam para o público.

Nas últimas décadas, a proliferação de programas institucionais de formação e, conseqüentemente, a abertura de inúmeras instituições superiores de ensino (públicas e privadas), dentre outras, reflete uma suposta tendência à amplitude, diversidade e abrangência no atendimento de algumas instâncias da educação brasileira pós-LDB. Isto nos conduz a interagir com um processo historicamente amalgamado em bases não muito lúcidas de desenvolvimento social e intelectual. Nos moldes da chamada Revolução Industrial inglesa é que se tem notícia dos primeiros modelos convencionalmente considerados como instrução de caráter compensatória.

Na atualidade, a formação profissional do educador como um todo aponta para o desenvolvimento de competências. Essas competências se misturam com processos sociais, políticos e pedagógicos, e assim, são espécies de representações específicas similares a habilidades ou capacidades.

É nesse contexto de produção de documentos oficiais que buscamos investigar os tipos de agir, bem como os tipos de discursos manifestados no texto institucionalizado, no sentido de desvelar qual o papel que a linguagem, materializada em documentos oficiais, desempenha no contexto institucional. Nossas reflexões, em termos de análise,

repousarão sobre os elementos constitutivos de elaboração do texto que cria a Resolução Nº 61/97<sup>1</sup> – PRG/UFPA.

**Atividade de linguagem:** a relação discurso e texto

Tomando como parâmetro o espaço social enquanto lugar onde os elementos veiculadores das negociações interindividuais e constitutivos de sentidos nos diálogos estão dando referência ao mundo, mediados pela linguagem, não poderíamos pensar em atividade de linguagem sem fazer referência ao processo de interação que a possibilita, considerando que este (o processo de interação) seja eminentemente dialógico.

O princípio dialógico da linguagem, presente na obra de Bakhtin (1992), nos faz inferir uma possível relação entre sujeitos produtores de discursos envolvidos nas várias situações de interação passíveis de ocorrência no dia-a-dia. Isso nos impulsiona a considerar o diálogo como constitutivo da própria existência cotidiana humana, envolvendo os seus complexos políticos, ideológicos, literários e científicos. Dessa forma, faz-se necessário observarmos que essa concepção dialógica de linguagem inclui o outro como imprescindível para a compreensão do eu. São essas relações que fazem o eu ser o que é; pelas ligações mantidas com o(s) outro(s) (Cf. BAKHTIN, op.cit., p. 35 - 36).

Podemos dizer que o produto desse processo de interação dialógica é o **discurso**, resultado do ato individual e/ou coletivo de enunciação<sup>2</sup>, entendido aqui, nos moldes de Castro e Christiano (2003, p. 148), como “[...] uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite defini-lo como um espaço de regularidades enunciativas e, conseqüentemente, ideológicas.”. Assim,

<sup>1</sup> Programa Estudante Convênio - Rede Pública (PEC-RP).

<sup>2</sup> A enunciação, segundo Bakhtin (1992, p.112) “[...] é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, pode ser substituído pelo representante médio do grupo ao qual pertence o locutor.”



nós enquanto homens, por nossa natureza dialógica, não só somos concebidos como produtores de discursos, mas é através desse produto que nos tornamos objeto de estudo de inúmeros campos das ciências humanas (Cf. ALDRIGUE, 2004, p.11).

Mas o **discurso**, enquanto produto de uma língua natural, só pode ser apreendido “[...] através das produções verbais efetivas, que assumem aspectos muito diversos, principalmente por serem articuladas a situações de comunicação muito diferentes [...]” (BRONCKART, 2008, p.69). Essas formas de realização do discurso, através de produções verbais ocorridas no processo de interação, passíveis de serem registradas sobre a forma de **texto**, é o que interessa ao Interacionismo Sociodiscursivo (ISD) para efeito de investigação das condições de estruturação e funcionamento dos textos enquanto atividades languageiras humanas, pois este (o texto) tem capacidade de organizar os seus diversos elementos de significação constituintes em um espaço material concreto.

É através dessa relação entre discurso e texto que surge a possibilidade de manifestação da atividade de linguagem propriamente dita que, por sua vez, se desenvolve no contexto das diversas atividades humanas sociais, desde as mais comuns até as mais complexas. Dessa forma, a atividade de linguagem humana inevitavelmente leva a produção de textos, sejam estes orais ou escritos, enquanto unidades comunicativas, frutos de um processo de interação sócio-historicamente marcado. Vale lembrar, ainda, o caráter demasiadamente diversificado dos tipos de textos. Uma vez que se articulam a contextos de atividade humana diversos, estes podem ainda mudar ao longo do tempo, assim como as atividades humanas mudam.

Não restam dúvidas de que o contexto<sup>3</sup> de produção é importantíssimo para o pesquisador entender a organização de um texto, uma vez que “[...] todo texto resulta de um **comportamento** verbal concreto, desenvolvido por um agente situado nas coordenadas do espaço e do tempo [...]” (Cf. BRONCKART, op. cit., p.93). Esse contexto (em um primeiro plano, o do contexto físico de produção), segundo Bronckart (2008), pode ser definido por quatro parâmetros:

O **lugar de produção**: o lugar físico em que o texto é produzido; O **momento de produção**: a extensão do tempo durante a qual o texto é produzido; O **emissor** (ou produtor, ou locutor): a pessoa (ou máquina) que produz fisicamente o texto, podendo essa produção ser efetuada na modalidade oral ou escrita; O **receptor**: a (ou as) pessoa(s) que pode(m) perceber (ou receber) concretamente o texto. (BRONCKART, 2008, p.93)

Ainda com base no mesmo autor, em um segundo plano, levando-se em consideração o contexto sociosubjetivo, é preciso atentar para o **lugar social de produção do texto**; de igual modo, a **posição social do emissor** merece atenção por parte do pesquisador, pois a condição de autoridade para imprimir força de verdade ao que está sendo dito depende muito do papel social que o emissor desempenha no processo de interação; do mesmo modo, a **posição social do receptor** pode revelar para o pesquisador quais parâmetros argumentativos foram levados em consideração pelo enunciador no momento de produção textual para provocar determinados efeitos de sentido e, dessa forma, alcançar o(s) objetivo(s) pretendido(s) na interação.

A linguagem, por tanto, assume um papel medular para a espécie humana, uma vez que desempenha a função de

<sup>3</sup> Conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre a forma como um texto é organizado (BRONCKART, 2009, p.93)





regular e mediar os processos de interação verbal, organizados em discurso ou em textos, que permeiam as diversas atividades humanas. E é através do texto, enquanto materialização do fenômeno discursivo, que o homem se revela em riqueza de detalhes e em toda a sua complexidade, possibilitando ao pesquisador do ISD entender melhor como se dá o processo de atividade de linguagem, bem como qual o papel que a linguagem desempenha em determinado contexto social.

**Múltiplas formas de interação:** o texto prescritivo como produto da atividade de linguagem

A vida humana é marcada pela necessidade intrínseca de se relacionar com o outro. A todo o momento, desde o nascimento, participamos de inúmeros processos de interação social mediados pela linguagem, seja na família, na escola ou nos diversos grupos sociais nos quais transitamos o tempo todo. É a partir dessa realidade que Bakhtin (1992) concebe a vida como dialógica por natureza.

É nesse ínterim das relações humanas, marcadas em especial pela linguagem, que inúmeras formas de interação foram surgindo ao longo dos tempos como resposta às necessidades humanas de socialização e interação. Com o advento da linguagem, uma das formas de interação mais significativas para o desenvolvimento humano recai sobre o diálogo. Mas esse representa apenas um pequeno momento de um todo, se consideramos o contínuo que é o processo vivo da linguagem verbal humana. Não pode ser entendido, de forma tão limitada, como apenas a troca de vozes entre dois interactantes ordenados frente a frente isolados do restante do mundo. Antes envolve como já vimos um conjunto complexo de elementos contextuais que não, necessariamente, implicam na presença

de dois ou mais sujeitos empenhados no processo de enunciação. Em alguns casos, o contexto de produção, por exemplo, de um documento oficial, pressupõe a priori, um destinatário que não se faz presente no momento de produção, mas que pode estar ou não implicado no processo como um beneficiário.

Assim, o texto institucionalizado, i.e. o texto prescritivo, também configura perfeitamente uma forma de interação social, cada vez mais presente em nossas vidas, uma vez que corrobora com a noção de texto como manifestada em Maingueneau (2000, p.140), para quem o texto é “[...] uma sequência lingüística autônoma, oral ou escrita, produzida por um ou vários enunciadores numa situação de comunicação determinada”.

O que difere um texto prescritivo de outro texto qualquer é a sua finalidade: de buscar estabelecer, de forma clara, as tarefas que os trabalhadores precisam desempenhar em seu ambiente de trabalho, bem como de nortear “[...] todo o sistema organizacional, os objetivos, as formas de interagir e as ações propostas para serem colocadas em prática [...]” (REGISTRO, 2008, p.164-165) em determinado contexto.

Como se pode perceber, o texto prescritivo, enquanto atividade de linguagem direcionada para um fim específico, não tem como função/finalidade única, e exclusivamente, ditar as regras do jogo de interação no âmbito das relações laborais, uma vez que nem sempre há a ocorrência explícita de prescrição, no sentido impositivo do termo. Antes, em um texto de natureza prescritiva, através das diversas formas de manifestação do discurso, poderá haver a ocorrência de mais de uma forma de agir, cabendo ao pesquisador investigar qual a forma de agir predominante e os efeitos de sentido motivados a partir dessas ocorrências.



**Os tipos de discurso:** uma breve revisão a luz do ISD

No âmbito do ISD, para efeito de análise textual, Bronckart (1999) apresenta um modelo hierarquizado em três níveis: i. o da *infra-estrutura geral do texto* – constituído pelo plano geral do texto, pelos tipos de discurso recorrentes, pelos modos de articulação entre os tipos de discurso e pelo leque de possibilidades de sequências que podem ocorrer; ii. o dos *mecanismos de textualização* – que estão relacionados à apresentação e linearidade do conteúdo temático (conexão, coesão nominal e verbal); e iii. o dos *mecanismos enunciativos* – este está mais para o nível do léxico (modalizações) e auxiliam nos deslocamentos de sentidos relativos aos posicionamentos enunciativos adotados. Em função dos objetivos traçados para o presente trabalho, nos deteremos, nesse momento, mais especificamente aos tipos de discursos enquanto elemento de análise constitutivo do nível da **infra-estrutura geral do texto**.

Para melhor compreendermos a noção de tipo de discurso postulada pelo ISD, faz-se necessário resgatarmos um conceito de texto. Encontramos em Schmidt (1978) um conceito mais em sintonia com os postulados da Linguística Aplicada que se relaciona, em uma perspectiva complementar, com a noção de texto em Bronckart (1999)<sup>4</sup>. Para esse autor, o texto é

“[...] qualquer expressão de um conjunto lingüístico numa atividade de comunicação – no âmbito de um jogo de atuação comunicativa – tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível.” (SCHMIDT, 1978, p.170).

Tomamos essa noção de texto enquanto “conjunto lingüístico numa

atividade de comunicação”, para dialogar com Bronckart (Op.Cit.) que nos diz que esse conjunto lingüístico é constituído por segmentos discursivos marcados por funções específicas em determinado contexto ilocucionário. De acordo com esse autor,

“[...] os textos, de fato, são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes [...] constitutivos de um gênero que devem ser considerados como *tipos lingüísticos*, isto é, como *formas específicas de semiotização ou de colocação em discurso* [...] são formas dependentes do leque dos recursos morfossintáticos de uma língua e, por isso, em número necessariamente limitado [...] (BRONCKART, 1999, p.138)

São esses tipos lingüísticos que o autor chama de **tipos de discurso**, uma vez que são compostos de formas lingüísticas identificáveis dentro de um todo textual, são articulados entre si, como já vimos, por mecanismos de textualização (presentes no segundo nível de análise textual) e, de igual modo, pelos mecanismos de enunciação (presentes no terceiro nível de análise textual). Esses mundos discursivos são representados por quatro configurações lingüísticas, i.e., tipos de discurso: **discurso interativo, discurso teórico, relato interativo e narração** (Cf. BUENO, 2009, p.101-2).

Esses tipos de discurso que possuem configurações lingüísticas reconhecíveis, em função da recorrência observada pelo pesquisador, têm como função construir mundos discursivos específicos. Bueno (2009) nos apresenta, de forma resumida, o espaço de ocorrência de cada um dos tipos discursivos relacionados anteriormente:

O **discurso interativo** ocorre no mundo do expor, marcado fortemente pela presença de verbos

<sup>4</sup> Para Bronckart (1999, p. 69), **texto** é toda produção verbal efetiva, manifestada sob aspectos diversos, que se articulam a situações de comunicação muito diferentes.





no presente; [...] O **discurso teórico** também ocorre no mundo do expor, mas sem implicação dos parâmetros materiais de ação de linguagem; [...] O **relato interativo** ocorre no mundo do narrar, marcado por verbos no pretérito perfeito ou pretérito imperfeito do indicativo; [...] A **narração**, marcada pelo mundo do narrar e pela disjunção em relação aos parâmetros da situação de produção do enunciado [...] (BUENO, 2009, p.102-104, **grifo nosso**)

Vale lembrar ainda que para o ISD o texto é marcado por uma heterogeneidade constitutiva, uma vez que no produto final do processo de construção textual normalmente se encontram mais de um tipo de discurso, cabendo, assim, aos mecanismos de textualização e aos mecanismos de enunciação a tarefa de garantir uma unidade de coerência ao conjunto como um todo.

**Os tipos de agir:** por uma semiologia do agir

Já sabemos que é por meio do diálogo que as pessoas se comunicam, e nesse processo constroem discursos que se materializam na forma de texto. No intuito de se fazer revelar quais as intenções por trás do processo de enunciação é que surge no ISD uma proposta de análise do agir humano, manifestado por meio do discurso. Para uma análise do foco desse agir humano, segundo Bronckart (2009), o pesquisador deve se centrar nos elementos constitutivos do agir: as razões externas, as razões internas, a finalidade, as intenções, os instrumentos e as capacidades.

Desse modo, teremos como resultado de uma abordagem temática do texto, a partir da proposta de análise do ISD, basicamente três formas de agir: o **agir-prescritivo**, quando há o envolvimento direto do signatário da

mensagem no ato oficial realizado; o **agir-fonte**, quando o núcleo da ação se volta para o próprio trabalho de produção do documento; e o **agir-decorrente**, quando o ato enunciativo de constituição de um documento implica na sua utilização posterior, relacionando, de forma genérica, uma série de atos a serem realizados posterior a sua publicação.

Ainda com base em uma semiologia do agir, é preciso observar que toda ação de linguagem configura uma intervenção deliberada de um actante, carregada de motivo(s), intenção(ões) e capacidade física para a realização dos gestos necessários ao agir. Contudo, nem todo actante implicado no agir representa um agente com motivos, intenções e capacidade física de realização do agir. A semântica do agir chama aquele actante com motivos, capacidades e intenções, implicado no agir de **ator**. Para os demais sujeitos envolvidos no processo de enunciação, direta ou indiretamente, aos quais não são atribuídas as propriedades acima relacionadas, recai a condição de **agente**.

É com base nos pressupostos teóricos do ISD acerca dos tipos de agir, que acabamos de revisar de forma resumida<sup>5</sup>, que buscaremos verificar os tipos de agir que se manifestam no texto da Resolução N<sup>o</sup> 61/97 – PRG/UFPB, objeto de nossa análise.

### **Procedimentos de análise**

Para o que nos interessa nessa pesquisa, a referência manifesta e aparente dos discursos são os textos. Assim é que o termo texto deve ser considerado como espaço de organização e individualização de elementos de significação. Tal ponto de vista requer uma materialidade (no nosso caso o texto institucionalizado/prescritivo) que possibilita mostrar a organização dos sentidos manifestos na discursividade de um sujeito, bem como os tipos de agir

<sup>5</sup> Para aqueles que necessitem de maiores detalhes acerca da semântica do agir, sugerimos consultar a fonte inicial em Bronckart e Machado (2004), bem como em Machado e Bronckart (2008).



selecionados pelo(s) seu(s) produtor(es), mesmo que de forma não totalmente aparente e organizada em função de uma meta: a de regulamentar o funcionamento de uma espécie de programa de instrução compensatória.

Considerando as formas escritas, no sentido mais amplo do termo, as várias dinâmicas operadas entre leitores na compreensão de textos socialmente em uso, podem ser entendidas como formas de interação. Para efeito de análise, em função do limite de espaço que um artigo científico nos impõe, foram selecionadas algumas partes constitutivas da Resolução Nº 61/97 – PRG/UFPB<sup>6</sup>, que cria o Programa Estudante Convênio - Rede Pública (PEC-RP) no âmbito da UFPB que, a nosso ver, melhor evidenciam aquilo que nos propomos, de início, a investigar.

Ex.: (1)

A **Resolução Nº 61/97 cria o Programa Estudante Convênio - Rede Pública (PEC – RP), em caráter experimental, e estabelece normas com vistas ao ingresso, em 1998, de professores da educação básica, pertencentes às Instituições Públicas de Ensino, para realização de Cursos de Graduação, Habilitação Licenciatura**, é, portanto o texto institucional com linguagem de valor (conotação de sentido discursivo) ideológico, ético (no sentido de ser a Instituição Universitária detentora de credibilidade) e poder (garantido por vias institucionais e governamentais). Tomando para análise algumas considerações mais significativas podemos observar que:

a)Verificando o texto da Resolução nº 61/97 temos: i) “**cria o Programa Estudante Convênio - Rede Pública (PEC – RP)**”, onde “**cria**” pode carregar o sentido de **institui e limita ao ingresso**, em um tempo

**determinado - em 1998, uma demanda - de professores da educação básica, também institucional (inferior) - pertencentes às Instituições Públicas de Ensino, com fim específico - para realização de Cursos de Graduação, Habilitação Licenciatura;**

b)Em relação à semiologia do agir, esse trecho inicial do documento oficial, objeto de nossa análise, apresenta um tipo de **agir-prescritivo/referente**, caracterizado pelo ato oficial de **criar** o Programa PEC-RP, bem como de **estabelecer normas**, validado pelo signatário da mensagem, **o Reitor da UFPB**, instituído do poder legal pela função ocupada no âmbito da Universidade;

c)Com relação ao tipo de discurso que organiza o trecho inicial da resolução, observamos a ocorrência do **discurso interativo**, uma vez que é perfeitamente possível identificar os actantes envolvidos no processo de enunciação: nesse trecho que analisamos, a figura do ator recai sobre a instituição **Universidade – quem possui motivos, intenções e condição física de realização do agir**, enquanto que a função de agente recai sobre os **professores da rede pública de educação básica**, beneficiários da resolução em questão.

d)O poder discursivo parece ser o elemento da operacionalidade do sentido de **convencer** a, manifesto de modo direto (atos de fala do expositor) ou indireto (representações dos agentes do poder, aqui, inclusive, com a não garantia de continuidade - **em caráter experimental**). É desse

<sup>6</sup> A Resolução Nº 61/97 poderá ser acessada, na íntegra, na página da UFPB – confira endereço nas referências.





ponto de vista, possível, também, vislumbrar a figuração ética dada a conhecer pela resolução como formação institucional de valor.

Em relação à chamada interação sócio-psicolingüística, isto é, aquela considerada uma atividade processada na interação, observa-se, que mesmo à distância (no caso da **Resolução Nº 61/97 – PRG/UFPB**), entre leitor potencial e autor, os conhecimentos lingüísticos (aqui relativos à importância e “preocupação” da instituição federal em garantir espaço de formação aos professores) e de mundo (a idéia segundo a qual a universidade é a instituição que garante a “melhor” formação em detrimento de outras instituições, especialmente as semi-presenciais) são operados.

É pertinente atentar que, na interação mediada pelo texto institucional, é preciso perceber como a linguagem funciona nesse texto e, igualmente, como ela está disposta a veicular as intenções dos enunciadores, no caso, personificados na figura do Reitor. No processo interacional operacionalizado entre autor e leitor, alguns aspectos sociais e ideológicos são constitutivos daquele(s) que se beneficia(m) dos elementos operativos da Resolução pelo ato de ler e, assim para a abstração de sentidos são condicionados às regras e práticas sociais.

Como determinante da instituição de poder (no caso a universidade), o sentido discursivo abstraído do plano de conteúdo da parte inicial (cabeçalho) da contextualização abaixo destacada pode melhor representar a constituição recipiente do poder discursivo oficial expresso no texto:

Ex.: (2a)

**O CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da UNIVERSIDADE FEDERAL DA**

**PARAÍBA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 33, alínea “n”, do Estatuto da UFPB, combinado com o disposto no artigo 44 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996;**

Na seqüência, considerando a mesma Resolução, alguns pontos de linguagem assimétrica localizada podem ser observados, como destacamos em seguida:

Ex.: (2b)

1 - CONSIDERANDO a **necessidade de a UFPB reforçar a sua contribuição para a qualidade da educação básica nas Instituições Públicas de Ensino;**

2 - CONSIDERANDO o **grande contingente de professores atuando**, em salas de aula, na escola pública das redes estaduais e municipais, **sem a titulação em Cursos de Licenciatura necessários à sua atuação;**

3 - CONSIDERANDO a disponibilidade de vagas em Cursos de Licenciatura da UFPB e

4 - CONSIDERANDO a **deliberação do plenário deste Conselho**, em reunião realizada nos dias 15 e 16 de julho de 1997, conforme consta do Processo nº 23074.011810/97-48, **originário da Pró-Reitoria de Graduação...**

Podemos observar que: em 1, a assimetria discursiva focalizada determina: i) haver a **necessidade em reforçar** (o que carece) a contribuição; ii) **para a qualidade da educação básica** (de



reforço); por sua vez, em 2, **grande contingente de professores atuando (...) sem a titulação em Cursos de Licenciatura necessários à sua atuação**, onde “necessários” reclama a formação para a atuação do educador e iii) em 4, a inferência da deliberação, indicando outros sujeitos e vozes (**do plenário deste Conselho**) que se representam e deliberam em uma formação discursiva originária (**da Pró-Reitoria de Graduação**).

Assim, a ação de linguagem reúne e integra os parâmetros do contexto de produção e do conteúdo temático do texto institucional. A ação de linguagem, por tanto, ao tempo em que identifica os valores precisos atribuídos pelo(s) agente(s)-produtor(es) descreve o conteúdo temático em cada parâmetro do contexto (Cf. BRONCKART, 1999, p. 99).

Como podemos observar, o texto institucionalizado reclama para si um fiador que lhe dê força de verdade (o papel de fiador, no nosso caso, recai sobre a figura do então Reitor da UFPB), pois como bem destaca Maingueneau (2000, p. 98):

[...] o texto escrito não possui, mesmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse *tom* permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciado (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito.

O texto que regulamenta o Programa Estudante Convênio Rede-Pública (PEC-RP) é a representação material de um discurso anterior, manifestado pela atividade de linguagem, existente no plano da academia (e polifônico, por assim dizer), que se presta a determinar um princípio de discursividade (em possíveis reuniões, debates e planejamentos de um trabalho elaborado e, portanto, pensado de modo que reflete uma ideologia) para a criação do PEC-RP, cristalizando uma construção de sentido, isto é, a materialização do signo de uma ética realizada em forma de Resolução.

Ex.: (3)

### DA INSCRIÇÃO

**Art. 5º** - A inscrição **será** aberta por Edital que especificará, entre outras instruções complementares, o valor da taxa de inscrição, as agências bancárias autorizadas, os locais de inscrição, o calendário das provas (o período, os locais, os horários) e a relação das vagas ofertadas, com os respectivos cursos, *campi* e turnos.

[...]

### DAS PROVAS

**Art. 10** – O processo seletivo para ingresso nos Cursos de Graduação, Habilitação Licenciatura, **constará** de provas das matérias Língua Portuguesa e Matemática, realizadas em uma única etapa, comuns e idênticas para todos os cursos ofertados.

[...]

### DA APLICAÇÃO E DA CORREÇÃO DAS PROVAS

**Art. 13** – Os fiscais, para os trabalhos de aplicação das provas, **serão convidados**, em ordem de prioridade

Os trechos selecionados na sequência imediata da resolução apontam para uma predominância de um **agir-decorrente/futuro** em todo o restante do texto, uma vez que implicam em ações a serem realizadas (a inscrição [...] **será aberta**; **constará** de provas; e **serão** convidados), *a posteriori*, em decorrência da publicação do documento em vias de torná-lo público, portanto, em um tempo futuro.





## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As materializações de um fazer, manifestadas no texto objeto de incursão de nossa análise, são evidentes, quando verificamos a 'presença' de um enunciador constituído e referendado em poder pela lei (Reitor), que faz do discurso em defesa da formação continuada do educador, através do Programa Estudante Convênio – Rede Pública (PEC-RP), uma condição necessária.

A partir das análises de trechos da Resolução N° 61/97 reconhecemos a instauração de uma nova realidade de formação profissional, segundo a qual, o profissional de magistério seria recompensado e, por meio de um concurso vestibular diferenciado, poderia conquistar espaço na instituição federal de educação superior e assim, dar continuidade à sua formação acadêmica. Contudo, a idéia de Concurso Vestibular diferenciado gerou, no contexto universitário, uma distinção sutil de construção de sentido antagônico, por vezes, pejorativo de: vestibular normal e vestibular do PEC.

Assim, do ponto de vista ético, a formação profissional dos educadores a que faz referência o PEC-RP, evidentemente, parece ter sido a figuração de uma ética, de um interlocutor real que dá garantia àquilo que está em evidência no texto institucional, e assim acreditamos poder ser, de algum modo, a representação de um tipo de educação considerada compensatória.

No que diz respeito aos tipos de discursos recorrentes no texto da

resolução, observamos a predominância do **discurso interativo**, uma vez que ao longo de todo o texto identificamos claramente a presença de um enunciador (no caso os membros do CONSEPE, representados pelo Reitor da UFPB, enquanto signatário do documento final) com figuração de ator, em função de suas motivações, intenções e capacidades físicas de agir e do(s) destinatário(s), a quem recai a função de agente, nos moldes do ISD, em função da condição passiva de beneficiário da resolução.

De igual modo, com relação aos tipos de agir presentes no texto, com exceção do trecho inicial que compõe o cabeçalho e o ato oficial de realização de criação da resolução onde observamos a recorrência do **agir-prescritivo/referente**, em todo o restante da sequência enunciativa parece predominar o **agir-decorrente/futuro**, uma vez que estabelece as normas e condições de ingresso na Universidade através do programa PEC-RP.

Por fim, gostaríamos de salientar que, em se tratando de um trabalho insipiente nos caminhos teórico-metodológicos do ISD, não consideramos esgotadas as possibilidades de análise acerca da atividade de linguagem no texto da Resolução N°61/97 PEC-RP, assim como deixamos em aberto nossas análises, para que possam ser retomadas em um momento futuro para efeito de aprofundamento dos estudos acerca da linguagem, enquanto atividade de comunicação social.

## THE PRESCRIBED TEXTS AS PRODUCT OF THE ACTIVITY OF LANGUAGE: ANALYSIS OF ACTION-TYPES AND TYPES OF DISCOURSE IN RESOLUTION NO. 36/98

### ABSTRACT

We believe that the prescriptive text, as stated, is the product of the interaction of two or more individuals in a socially defined space and therefore, the word is a vehicle of communication and representation that is toward a real interlocutor, and may vary by established order in the interaction with reference to the social group. In this paper, we investigate the types of action and the types of discourses manifested in the text of



Resolution No. 36/98-PRG/UFPB, and what role language plays in this context. To do so, we anchor ourselves, basically, on the theoretical and methodological Discursive Social Interactionism with Bronckart (1999) and, at times, which were needed in dialogue with other theories, such as Ergology, in the manner of Souza-e-Silva (2008) and with Dialogism in Bakhtin (1992) and Brait (1997). The institutionalized language in our case represents the manifestation of individuals with a view to a relativization of ethical training. Preliminarily, we can say that by the mention, even in text-prescriptive, the speaker, through language, give himself and their potential recipients, a strategic significance in his say, marking an institutional position in the speech and a relationship with knowledge.

**Keywords:** prescriptive text, language, dialogism, language activity.

**Artigo submetido para publicação em:** 15/05/2011

**Aceito em:** 05/09/2012

## REFERÊNCIAS

- ALDRIGUE, Ana Cristina de S. *O discurso: uma construção dialógica*. In.: ALDRIGUE, Ana Cristina de S.; ALVES, Eliane F. (Orgs.). (2004) **Diálogos heterogêneos**. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB.
- BAKHTIN, Mikhail [Volochinov]. (1992) **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec.
- BRONCKART, Jean-Paul. (1999) **Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo**. São Paulo: Educ.
- \_\_\_\_\_, Jean-Paul & MACHADO, Anna Rachel. *Procedimentos de análise de textos sobre o trabalho educacional*. In: MACHADO, Anna Rachel. (Org.). (2004) **O ensino como trabalho: uma abordagem discursiva**. Londrina: Eduel.
- \_\_\_\_\_, Jean-Paul. (2008) **O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores**. Tradução Anna Rachel Machado, Maria de Lourdes Meirelles Matencio. Campinas: Mercado de Letras.
- BUENO, Luzia. (2009) *O trabalho como uma forma de agir no ISD*. In.: BUENO, Luzia. **A construção de representações sobre o trabalho docente: o papel do estágio**. São Paulo: EDUC/Fapesp.
- CHRISTIANO, M. E. & CASTRO, O. M. de. *Do texto ao hipertexto: pontos e contrapontos*. In.: CAMILO, R, S; CHRISTIANO, M, E, & CASTRO, O, M. (Orgs.). (2003) **Da gramática ao texto**. João Pessoa: Idéia.
- MAINGUENEAU, Dominique. (2000) **Termos-chave da análise do discurso**. Editora da UFMG: Belo Horizonte.
- REGISTRO, Eliane Segatti Rios. *Textos prescritivos e o trabalho do professor no curso de Letras*. In.: CRISTOVÃO, Vera Lúcia Lopes (Org.). (2008) **Estudos da linguagem à luz do Interacionismo Sociodiscursivo**. Londrina: UEL.
- SCHIMIDT, Siegfried J. (1978) **Linguística e teoria do texto**. São Paulo: Pioneira.
- Resolução Nº 61/97. **Programa estudante-convênio rede pública/PEC-RP**. CONSEPE/UFPB. Disponível em: <http://www.ufpb.br/sods/consepe/resolu/1997/RSEP9761.html>. Acesso em: 15 de janeiro de 2011.